



A Autoridade *das* Escrituras

Parte 1 de uma Série de Artigos Sobre
CREDOS BAPTISTAS

por
BAZIL BHASERA
Junho 2026

ÍNDICE

RESUMO	iii
A AUTORIDADE DAS ESCRITURAS.....	4
Introdução.....	4
Escritura como um Dom de Deus	5
Cristo como o Centro da Autoridade.....	7
Senhorio e Regulação.....	7
O Trabalho de Iluminação do Espírito Estabelece a Autoridade.....	8
Autoridade das Escrituras na Vida da Igreja.....	10
Discipulado: Autoridade como Governança Formativa	12
Política e Ética: Autoridade como Direção Congregacional	13
Conclusão: Escritura como a Voz Viva do Deus Vivo.....	14
BIBLIOGRAFIA.....	17

RESUMO

A questão da autoridade tem sido central para a teologia cristã. Desde a época da igreja primitiva até à Reforma, os crentes têm debatido onde encontrar a palavra final sobre o que devem acreditar e como devem viver. Este artigo apresenta uma afirmação teológica e pastoral sobre a autoridade bíblica, enraizada na tradição confessional batista. Argumenta que uma doutrina fiel às Escrituras deve estar fundamentada na origem divina, centrada na pessoa e na obra de Cristo, mediada pelo Espírito Santo e discernida na comunidade reunida de crentes.

A AUTORIDADE DAS ESCRITURAS

Introdução

A questão da autoridade tem sido central na teologia cristã. Desde a igreja primitiva, o povo de Deus tem perguntado continuamente onde repousa o juízo final nas questões de fé e de vida. No momento presente, porém, esta questão surge com urgência renovada. A crise contemporânea da autoridade reflete uma mudança cultural mais ampla na qual a confiança na igreja, juntamente com a sua afirmação da autoridade divina das Escrituras, tem sido significativamente questionada.

A cultura digital intensifica este ceticismo ao multiplicar vozes concorrentes. No seu artigo “5 Ways the Digital Age is Transforming the Way You Think,” Samuel D. James afirma: “Estruturas tradicionais de autoridade deram lugar a uma ‘igualdade’ efêmera, segundo a qual o blogueiro aleatório tem tanto poder quanto o pastor veterano,

ou a conta anônima do Twitter pode exigir deferência apenas com uma história poderosa.”¹ O resultado é um ambiente em que a verdade é cada vez mais tratada como negociável e as normas morais como ultrapassadas. Dentro desse contexto, a proclamação cristã luta para ser ouvida como mais do que uma narrativa entre tantas.

Esta crise afeta a igreja de duas maneiras distintas, mas relacionadas. No púlpito, a pregação compete com autoridades rivais que alegam maior imediatismo e relevância, seja por ideologia política, por personalidades carismáticas, por discurso terapêutico ou por espiritualidade voltada à prosperidade. A autoridade ministerial, antes assumida por virtude de cargo e chamado, tem agora de ser constantemente justificada. Nos bancos, os crentes já chegam moldados por narrativas culturais que, por vezes, distorcem ou contradizem flagrantemente

1 Samuel D. James, “5 Ways the Digital Age Is Transforming the Way You Think,” Crossway, 6 de setembro de 2023, <https://www.crossway.org/articles/5-ways-the-digital-age-is-transforming-the-way-you-think/>.

a doutrina e a ética cristãs. A Escritura torna-se uma opção em vez da autoridade por excelência, e quando a Escritura é consultada seletivamente, a obediência costuma tornar-se condicional, e o discipulado é reduzido a uma afirmação pessoal.

A igreja não pode responder a esta situação apenas reafirmando a autoridade de forma retórica. Deve abraçar uma doutrina renovada e teologicamente coerente com as Escrituras, capaz de restaurar tanto a credibilidade intelectual quanto a confiança pastoral. A premissa deste artigo é que uma doutrina batista da autoridade bíblica, fiel à sua herança confessional, deve ser centrada em Cristo no foco, centrada no Espírito na operação, e centrada na igreja na aplicação. Tal doutrina afirma a origem divina das Escrituras, reconhece a sua mediação dinâmica pelo Espírito e que a sua autoridade é recebida e vivida na comunidade reunida sob a senhoria de Cristo.

O artigo consiste numa discussão de quatro pressupostos: Primeiro, as Escrituras são inspiradas por Deus. Em segundo lugar, Cristo é a mensagem central e a autoridade das Escrituras. Terceiro, o papel do Espírito na interpretação reforça a

autoridade das Escrituras. Quarto, a autoridade é exercida na vida comunitária da igreja. O artigo também inclui uma discussão sobre as implicações pastorais da autoridade das Escrituras na pregação, no discipulado e na governação. Finalmente, o artigo termina com uma síntese orientada à renovação da fidelidade da igreja à autoridade das Escrituras, diante de vozes contestantes.

Escritura como um Dom de Deus

A base clássica da doutrina da autoridade das Escrituras apoia-se em dois textos intimamente relacionados: 2 Timóteo 3:16–17 e 2 Pedro 1:20–21. A afirmação de Paulo de que “toda Escritura é divinamente inspirada” fundamenta a autoridade não num decreto eclesiástico ou na perspectiva humana, mas na origem divina (2 Tim 3:16). As Escrituras procedem de Deus e, por isso, carregam o seu carácter, propósito e verdade. A utilidade do texto “para ensinar, para repreender, para corrigir, para instruir em justiça” decorre directamente da sua origem (2 Tim 3:16).² Como propõe Wayne Grudem, “a autoridade das Escrituras significa que todas as palavras nas Escrituras são palavras de Deus, de tal forma que descrever ou desobedecer a

2 Salvo indicação em contrário, todas as Escrituras são citadas a partir do Almeida.

qualquer palavra das Escrituras é descrever ou desobedecer a Deus.”³ Esta origem divina fundamenta o papel formativo e corretivo que as Escrituras desempenham na vida da igreja. A autoridade é, pois, inseparável da formação espiritual, para que o homem de Deus seja perfeito, e perfeitamente preparado para toda boa obra” (2 Tim 3:17). As Escrituras têm a autoridade não só de governar a vida, mas de dar vida.

Pedro complementa a afirmação de Paulo ao situar a fala profética no âmbi-

“As Escrituras têm a autoridade não só de governar a vida, mas de dar vida.”

to da obra soberana de Deus, o Espírito. A profecia não surge da interpretação ou da iniciativa humanas, mas dos homens “movidos pelo Espírito Santo” (2 Pedro 1:21). A inspiração, portanto, não foi nem ditado mecânico nem criatividade autónoma. É melhor compreendida como a concorrência divina-humana, na qual Deus inspirou autores humanos em

seus contextos históricos específicos. As Escrituras têm autoridade porque foram dadas por Deus.

As Escrituras não são inspiradas apenas para preservar a precisão doutrinária, mas também para formar um povo capaz de obedecer fielmente. A obediência é uma resposta adequada à autoridade. Na tradição Batista, o Artigo I da *A Fé e Mensagem Batista* estabelece a autoria divina e o propósito das Escrituras. As Escrituras são confessadas como tendo “Deus é o seu autor, a salvação é o seu fim, e a verdade, sem mistura de erro, seu assunto.”⁴ Esta formulação une autoridade, propósito e fiabilidade.

A cláusula “sem mistura de erro” afirma a inerrância nos escritos originais. R. Albert Mohler, Jr. argumenta que esta afirmação não é uma preocupação periférica, mas sim a base teológica da autoridade: “Se a Bíblia não está sem erro, então não é, em última análise, autoritária.”⁵ A inerrância das Escrituras, como proposta pela *A Fé e Mensagem Batista*, devidamente compreendida, não eleva as Escrituras acima de Deus, mas revela Deus. A sua perfeição é vista na perfeição do texto. Isto deve reforçar a

3 Wayne Grudem, *Theology: An Introduction to Biblical Doctrine* (Grand Rapids: Zondervan, 1994), 21.

4 *A Fé e Mensagem Batista 2000* (Nashville: The Southern Baptist Convention), Art. I.

5 R. Albert Mohler, Jr., “The Authority of Scripture: Inerrancy and Interpretation,” em *The Doctrine of the Word of God*, ed. Thomas White (Nashville: B&H Academic, 2017), 45.

confiança da igreja na palavra de Deus e no Deus da palavra.

Além disso, a autoridade das Escrituras não repousa na nossa capacidade de extrair o seu significado, mas no caráter do Deus que fala. A autoridade está fundamentada em quem Deus é, e não no que o leitor pode discernir segundo a sua capacidade ou educação. A igreja deve confiar nas Escrituras porque confia no Deus que as deu.

Cristo como o Centro da Autoridade

As Escrituras são inerentemente autoritativas como a palavra de Deus. As Escrituras dão testemunho da autoridade do Deus trino, revelado de forma culminante em Jesus Cristo (Heb 1:1–2). A autoridade das Escrituras é, por isso, inerente e mediadora. É a autoridade de Cristo comunicada através do texto canônico.

Esta orientação cristocêntrica protege contra duas distorções comuns. Por um lado, impede a bibliolatria ao recusar-se a separar as Escrituras do Senhor vivo, a quem elas dão testemunho. Por outro lado, resiste ao relativismo ao insistir que a senhoria de Cristo é revelada normativamente nas Escrituras e não

na experiência privada ou no consenso cultural.

Kevin Vanhoozer fornece esse ancoramento ao situar a autoridade na ação comunicativa do Deus triúno. A Escritura funciona como a “norma normadora” que governa o desempenho doutrinário e ético da igreja.⁶ A autoridade, neste sentido, não é um depósito estático, mas uma direção dramática: Deus continua a dirigir o seu povo através do texto canônico que ordena a fala e a prática da igreja.

Senhorio e Regulação

Para os batistas, a autoridade das Escrituras é inseparável do senhorio direto de Cristo sobre a sua igreja. James Leo Garrett, Jr. observa que outras doutrinas batistas—a competência da alma (a capacidade e a responsabilidade individuais de responder a Deus) e o sacerdócio dos crentes—pressupõem uma Escritura autoritária capaz de governar a crença e a prática.⁷ Sem essa autoridade, a liberdade desmorona em autonomia e o discernimento congregacional fragmenta-se. Assim, a autoridade bíblica não é um princípio abstrato, mas o meio concreto pelo qual Cristo governa o seu povo. A igreja não cria autoridade; recebe

6 Kevin J. Vanhoozer, *The Drama of Doctrine: A Canonical-Linguistic Approach to Christian Theology* (Louisville: Westminster John Knox, 2005), 126–130.

7 James Leo Garrett, Jr., *Systematic Theology*, 2ª ed., vol. 1 (North Richland Hills, TX: BIBAL Press, 2000), 85–92.

a e obedece a. Cristo governa a sua igreja através das Escrituras, de modo que a submissão às Escrituras é submissão a Cristo.

O Trabalho de Iluminação do Espírito Estabelece a Autoridade

Qualquer doutrina adequada de autoridade bíblica deve levar em conta não só a origem das Escrituras, mas também a sua recepção. A inspiração divina garante a fiabilidade do texto; a iluminação assegura a sua inteligibilidade e eficácia na vida da igreja. O documento *A Fé e Mensagem Batista* afirma corretamente que o Espírito Santo ilumina as Escrituras, permitindo que os crentes recebam, compreendam e obedeçam à palavra de Deus.⁸ É a obra graciosa do Espírito pela qual o sentido já presente no texto torna-se transformador na vida do leitor.

A distinção entre revelação e iluminação é teologicamente decisiva. A revelação refere-se à auto-revelação única e definitiva de Deus na palavra escrita. A tarefa do Espírito na iluminação não é suplementar o que é revelado na palavra escrita, mas abrir os olhos da igreja para contemplar a glória—a glória de Deus—já presente nela. Nesse sentido, a iluminação salvaguarda tanto a suficiência quanto a finalidade das Escrituras.

Não deve, portanto, haver ênfase numa abordagem puramente racionalista da interpretação. Sem a iluminação do Espírito, a Escritura pode ser analisada, mas não verdadeiramente ouvida, examinada, mas não obedecida (Isaías 6:9–10). O problema não é meramente cognitivo, mas espiritual. Como ensina Paulo, “O homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque para ele são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente” (1 Cor 2:14). A iluminação, portanto, não é um suplemento opcional à interpretação, mas uma condição essencial para uma compreensão fiel. A autoridade da

***“A autoridade da
Escritura não se
recebe por domínio
intelectual, mas por
humilde dependência do
Espírito.”***

Escritura não se recebe por domínio intelectual, mas por humilde dependência do Espírito que revela a palavra.

O papel ativo do Espírito na interpretação não deve ser entendido como uma oposição à objetividade textual. O

⁸ *A Fé e Mensagem Batista* 2000, Art. II, Sec. C.

Espírito não concede significados desvinculados da intenção autoral ou do contexto canônico. Millard Erickson insiste corretamente que a iluminação conduz os crentes ao significado objetivo do texto para uma aplicação fiel, não em revelações privadas.⁹ A autoridade é preservada precisamente ao manter a primazia do texto canônico sobre a experiência subjetiva.

A iluminação preserva a autoridade das Escrituras precisamente ao direcionar os crentes de volta ao texto, em vez de afastá-los dele. J. I. Packer esclarece a relação entre a autoridade das Escrituras e a obra do Espírito, observando que o Espírito Santo não contorna o texto para proporcionar novas percepções, mas age como o iluminador divino: “O ofício do Espírito é glorificar Cristo; e Ele faz isso, não nos afastando da Palavra escrita para algumas ‘revelações’ novas e privadas, mas abrindo os nossos olhos para ver a glória de Cristo já exposta na Palavra.”¹⁰ Portanto, a autoridade da Bíblia está enraizada em Deus como sua fonte e é vivida ativamente pelo Espírito na vida da igreja.

Esta ênfase é pastoral e eclesiasticamente crucial. Em muitos contextos contemporâneos, apelos ao Espírito são

frequentemente invocados para justificar novidades e nuances doutrinárias, revisões éticas ou, simplesmente, preferências pessoais. Tal desvio pode ser observado no movimento *Rhema Word* ou no que às vezes se chama teologia da “revelação direta”. Kenneth Hagin, um defensor da revelação direta, afirma na sua obra *I Believe in Visions*, “O Senhor disse me ... a razão de não haver mais poder no teu ministério é porque tens sido um pregador da Palavra e não um pregador do Espírito Santo. Um pregador da Palavra apenas prega a letra da Palavra, mas um pregador do Espírito Santo prega pela revelação do Espírito.”¹¹ Quando a iluminação se separa da objetividade textual, a autoridade desloca-se sutilmente das Escrituras para a experiência, do cânon para a consciência. O resultado não é liberdade espiritual, mas anarquia interpretativa, em que cada impressão isolada pode reivindicar sanção divina, e o consenso doutrinário no corpo de Cristo colapsa.

Uma doutrina responsável de iluminação, portanto, mantém uma distinção cuidadosa entre o significado e a aplicação. O significado do texto é dado por Deus através dos autores inspirados e fixado na forma canônica. A iluminação

9 Millard J. Erickson, *Christian Theology*, 3ª ed. (Grand Rapids: Baker Academic, 2013), 233–245.

10 J. I. Packer, *Fundamentalism and the Word of God: Some Evangelical Principles* (Grand Rapids: Eerdmans, 1958), 101.

11 Kenneth E. Hagin, *I Believe in Visions* (Tulsa, OK: Faith Library Publications, 1972), 52.

não cria significado; esclarece o. A aplicação, por outro lado, deve ser contextual e dinâmica. O Espírito traz o significado fixo do texto para um envolvimento vivo com situações em constante mudança, guiando a igreja na descoberta de como a obediência assume forma concreta em tempos e lugares específicos. A autoridade, portanto, reside não em novas interpretações, mas na obediência fiel à verdade escritural objetiva e duradoura.

O equilíbrio entre estudar cuidadosamente as Escrituras e depender da iluminação do Espírito sobre o texto também esclarece a tarefa pastoral. Os ministros não são mediadores de revelação privada, mas devem sempre submeter-se à mensagem cuidadosamente desenvolvida do texto. Pregadores e professores são chamados a trabalhar no texto com dependência de oração ao Espírito para iluminá-lo. A pregação passa então a ser um ato de olhar e de ouvir disciplinado antes de se tornar um ato de proclamação. O ensino torna-se uma submissão fiel à afirmação da igreja sobre a autoridade das Escrituras, e não uma demonstração de originalidade. Desta forma, a iluminação fortalece, em vez de enfraquecer, a autoridade eclesial, fundamentando a proclamação nas Escrituras e salvaguardando a igreja

tanto do controlo autoritário como do subjetivismo carismático.

A cooperação inseparável das Escrituras e do Espírito surge assim como um pilar central da autoridade bíblica. Sem a iluminação do Espírito, as Escrituras não são corretamente compreendidas e recebidas. Sem as Escrituras, a experiência espiritual torna-se pouco fiável e divisiva. A autoridade das Escrituras, portanto, repousa na unidade do texto e do Espírito juntos. Millard J. Erickson explica: “O mesmo Espírito Santo que inspirou os escritores bíblicos deve também iluminar os leitores das Escrituras se a sua mensagem quiser ser compreendida e devidamente aplicada.”¹² O Espírito que inspirou a palavra continua a ensiná-la, e a palavra que ele ensina continua a julgar, renovar e governar a igreja.

Autoridade das Escrituras na Vida da Igreja

Uma doutrina de autoridade bíblica, porém cuidadosamente articulada, permanece incompleta a menos que seja incorporada às práticas concretas da igreja. A autoridade não é meramente uma afirmação teológica a ser defendida; é uma realidade pastoral a ser vivida pelo corpo de Cristo. A Escritura exerce a sua autoridade não de forma abstrata, mas através da proclamação, formação, governação e

12 Millard J. Erickson, *Christian Theology*, 2.^a ed. (Grand Rapids: Baker Academic, 1998), 258.

discernimento ético, todos os quais encontram a sua expressão mais clara na igreja. Nesse sentido, o ministério pastoral torna-se o cenário principal no qual a confissão de autoridade da igreja é confirmada ou contradita.

A pregação expositiva continua a ser o principal ato pastoral de submissão à autoridade bíblica. Um pastor que permanece fiel ao texto das Escrituras exemplifica a submissão à autoridade das Escrituras e, assim, conduz o seu rebanho a praticá-la. O sermão não cria autoridade; apenas a apresenta. O pregador não precisa buscar novas explicações do texto para afirmar que as Escrituras são autoritativas. Tudo o que precisa fazer é assumir o papel de mordomo encarregado de proclamar o que Deus já falou. Como observa o teólogo John A. Broadus, “O pregador não deve inventar uma mensagem, mas entregar a mensagem que Deus deu na Sua Palavra.”¹³ A autoridade das Escrituras expressa no púlpito é exercida não por força retórica, carisma pessoal ou posição, mas por meio de uma exposição fiel do texto bíblico.

Esta compreensão remodela fundamentalmente a tarefa da pregação. Num mundo de vozes concorrentes, a primeira responsabilidade do pregador ao demonstrar a autoridade das Escrituras não é a inovação, mas a interpretação,

não a persuasão, mas a obediência. A pregação expositiva procura desvendar o significado do texto no seu contexto literário, histórico e canônico e, depois, trazer esse significado para um envolvimento vivo com a congregação. Neste processo, o pregador submete tanto a mente quanto a mensagem à disciplina das Escrituras e, ao fazê-lo, encarna a submissão às Escrituras na sua própria

“Cristo demonstra a natureza autoritária da palavra por meio da transformação de vidas.”

vida. Cristo demonstra a natureza autoritária da palavra por meio da transformação de vidas.

A pregação que confere autoridade às Escrituras, como a expositiva, protege a igreja de dois perigos perenes. Por um lado, protege contra o autoritarismo, em que a opinião pessoal se disfarça de mandato divino. Quando a pregação está atrelada ao texto, a autoridade do pregador permanece derivada e responsável. Por outro lado, resiste ao consumismo, em que os sermões se tornam discursos

13 John A. Broadus, *On the Preparation and Delivery of Sermons* (Nova Iorque: Harper & Brothers, 1870), 10–11.

motivacionais concebidos para satisfazer necessidades sentidas, em vez de confrontar a verdade divina. Paulo prevê tal demanda em sua carta a Timóteo: “Porque virá tempo em que não suportarão a sã doutrina; mas, tendo grande desejo de ouvir coisas agradáveis, ajuntarão para si mestres segundo os seus próprios desejos” (2 Tim 4:3). A pregação expositiva insiste que as necessidades mais profundas da igreja não são definidas pela cultura, mas pela revelação divina por meio das Escrituras.

Além disso, a pregação torna-se um meio principal de formação espiritual. Por meio da exposição regular das Escrituras, a congregação aprende não só o que acreditar, mas também como ler, discernir e obedecer. A autoridade passa, assim, a ser pedagógica e pastoral, e não coercitiva. O púlpito modela a submissão antes de exigir obediência. Desta forma, a pregação torna-se uma encenação viva da confissão da igreja de que as Escrituras são o padrão supremo de fé e prática.

Discipulado: Autoridade como Governança Formativa

O objetivo da autoridade bíblica não é o controle, mas a formação. A Escritura governa a igreja para moldar um povo conformado à imagem de Cristo. O discipulado, portanto, funciona como a manifestação pastoral da autoridade

bíblica. A autoridade da Escritura é formativa, dirigindo não só a crença, mas também o hábito, o afeto e a vocação.

Neste sentido, o discipulado torna-se uma expressão viva da autoridade bíblica. Por meio do ensino, da mentoria, da catequese e da disciplina espiritual, as Escrituras formam o caráter cristão ao longo do tempo. A crença é moldada pela doutrina, mas a doutrina é testada pela obediência. A autoridade das Escrituras não se confirma apenas pelo assentimento confessional, mas também por vidas transformadas, e a transformação vem por meio da submissão à autoridade da Bíblia. Como Paulo insiste, o propósito das Escrituras é que o servo de Deus “seja perfeito, e perfeitamente preparado para toda boa obra” (2 Tim 3:17). A autoridade, portanto, visa à competência na santidade e à fidelidade no chamado.

Esta visão formativa protege contra a redução da autoridade a uma mera fiscalização doutrinária. Embora a clareza doutrinária continue a ser essencial, a Escritura governa mais profundamente ao produzir frutos, ao ordenar desejos e ao disciplinar práticas. A palavra treina a consciência, modera a ambição, purifica a intenção e dirige a vocação. Desta forma, a autoridade torna-se um meio de santificação e não um mecanismo de controle.

O discipulado também localiza a autoridade nos ritmos da vida cristã ordinária. A Escritura governa a oração, a família, o trabalho, a comunidade e o testemunho. A autoridade não se limita às decisões eclesiais, mas permeia a obediência diária. Quando os crentes aprendem a ler a Escritura como uma regra de vida, e não apenas como uma fonte de informação, a autoridade torna-se internalizada, em vez de imposta. Como observa Timothy George, a autoridade da Bíblia não é uma “propriedade estática” para manipulação, mas uma “realidade dinâmica” que só se torna eficaz quando o Espírito aplica a palavra ao coração humano. Isto garante que a força da igreja se encontre na “formação sustentada” em vez da imposição de regras.¹⁴

Política e Ética: Autoridade como Direção Congregacional

A autoridade bíblica também governa a vida corporativa da igreja por meio da sua política, prática sacramental e discernimento ético. Na tradição batista, as Escrituras são a norma suprema que molda a governação congregacional. A autoridade é exercida não por meio de decretos hierárquicos, mas pela submissão comunitária à palavra, sob a

senhorança de Cristo. A tomada de decisões congregacionais torna-se um ato de discernimento teológico em vez de controlo dogmático.

Em questões de ordem eclesiástica, a Escritura regula a liderança, a disciplina, os ordenamentos e a membresia. O batismo dos crentes e a Ceia do Senhor não são meros costumes herdados, mas práticas bíblicamente mandatadas que moldam a identidade da igreja. A autoridade protege estas práticas ao fundamentá-las na revelação em vez de na preferência. Desta forma, a Escritura preserva a continuidade com o testemunho apostólico, ao mesmo tempo em que orienta sobre como aplicá-la hoje. Qualquer desvio que atribua autoridade a qualquer outra instituição que não a Escritura é talvez o que James Leo Garrett, Jr. referiu ao comentar, “Multiplicar os sacramentos além dos dois instituídos por Cristo é mover-se da autoridade bíblica para a invenção eclesiástica. Quando a igreja reivindica o poder de ‘criar’ meios de graça que o Novo Testamento não justifica, desloca sutilmente o assento da autoridade da Palavra de Deus para as tradições dos homens.”¹⁵

O discernimento ético deve ser governado pelas Escrituras, como o tribunal

¹⁴ Timothy George, *Theology of the Reformers*, ed. rev. (Nashville: Broadman & Holman Academic, 2013), 324.

¹⁵ James Leo Garrett, Jr., *Systematic Theology: Biblical, Historical, and Evangelical*, 4ª ed., vol. 2 (Eugene, OR: Wipf and Stock, 2014), 512.

de recurso final. Num panorama moral marcado por rápidas mudanças e normas contestadas, a igreja não pode confiar no consenso cultural como guia fiável. As Escrituras fornecem o padrão moral pelo qual o povo de Deus discerne a fidelidade em questões de justiça, sexualidade, integridade, família e vida pública. A autoridade não tem a função de retirar a igreja do engajamento, mas de ancorar o seu testemunho na verdade.

A autoridade bíblica salvaguarda a unidade. Quando as Escrituras se colocam acima da política, das personalidades e da ideologia, a igreja está protegida da

“A autoridade é o que molda a proclamação. Forma o caráter, ordena a comunidade e dirige a missão.”

fragmentação. Quando consideramos a diversidade antropológica na igreja, não há cordão mais poderoso que as Escrituras para unir pessoas de diferentes culturas e perspetivas. As Escrituras são o primeiro e último juiz de todas as coisas relativas à vida, e o fazem não expulsando a diversidade, mas reunindo toda a

diversidade sob uma autoridade comum: Cristo.

A autoridade das Escrituras orienta a missão da igreja ao clarificar a sua identidade e propósito. A igreja sabe quem a enviou e a quem pertence, pois as Escrituras detêm autoridade na vida da igreja. Em Mateus 28, a diretriz para ir é dada com base na autoridade de Cristo: “E, aproximando-se Jesus, falou-lhes, dizendo: Foi-me dada toda a autoridade no céu e na terra” (Mateus 28:18). A autoridade das Escrituras é a base da missão cristã.

Em conjunto, todos os aspetos que discutimos, como a pregação, o discipulado e a política, revelam que a autoridade bíblica não é um princípio abstrato, mas uma autoridade viva exercida através das práticas ordinárias da igreja. A autoridade é o que molda a proclamação. Forma o caráter, ordena a comunidade e dirige a missão. Onde as Escrituras são pregadas e ensinadas fielmente, e obedecidas humildemente, a igreja torna-se não apenas uma instituição que confessa autoridade, mas um povo visivelmente sob a autoridade da palavra de Deus.

Conclusão: Escritura como a Voz Viva do Deus Vivo

Em resposta à crise contemporânea de autoridade na igreja, este artigo tentou oferecer uma doutrina batista da

autoridade das Escrituras, sistemática e fundamentada nas próprias Escrituras que se propôs a examinar. A fragmentação da autoridade na cultura, intensificada pelas influências digitais, pelo relativismo moral e pelas narrativas concorrentes, criou um ambiente em que a confiança da igreja na palavra de Deus é repetidamente posta à prova. No entanto, a crise que confronta a igreja não é, em última análise, cultural, mas teológica. Em jogo não está apenas a credibilidade do púlpito ou a coerência do discipulado, mas também a compreensão da igreja sobre como o Deus vivo continua a falar, a governar e a formar o seu povo através da sua palavra.

A proposição que este artigo apresenta é que uma doutrina batista fiel da autoridade bíblica está sustentada por quatro fios inseparáveis, embora mais possam ser articulados: a origem divina, um foco centrado em Cristo, a mediação do Espírito Santo e a responsabilidade da igreja. Primeiro, a autoridade das Escrituras repousa fundamentalmente em sua origem divina. Como revelação inspirada por Deus, as Escrituras não derivam a sua autoridade da igreja, da tradição ou da experiência, mas do Deus que falou verdadeiramente e com propósito através dos seus autores humanos. A afirmação confessional da inerrância não funciona como uma alegação abstrata,

mas como uma salvaguarda teológica, preservando a confiança da igreja de que o Deus que se revela nas Escrituras o faz de forma fiel e sem engano; assim, a autoridade das Escrituras está estabelecida em princípio e em matéria.

Em segundo lugar, a autoridade das Escrituras é inseparável do seu centro cristológico. A Bíblia não se apresenta como uma autoridade autónoma ao lado de Cristo, mas como a testemunha designada daquele que é a palavra final e definitiva de Deus. A autoridade das Escrituras é, pois, inerente e mediadora: é a autoridade do Senhor ressuscitado exercida através do texto canónico. Esta orientação cristocéntrica protege a igreja tanto da bibliolatria, que absolutiza o texto separado do Cristo vivo, como do relativismo, que apela a Cristo ao mesmo tempo que negligencia a testemunha normativa das Escrituras. Submeter-se às Escrituras, neste sentido, é submeter-se ao senhorio do próprio Cristo.

Em terceiro lugar, o papel do Espírito Santo é indispensável na mediação da autoridade bíblica. A inspiração garante a origem divina das Escrituras, mas a iluminação assegura a sua eficácia viva na igreja. O Espírito não complementa o cânon com nova revelação, nem autoriza significados privados desvinculados do texto. Pelo contrário, ele abre as mentes e os corações dos crentes para

receber, compreender e obedecer à palavra já dada. Assim, a autoridade não é nem uma propriedade estática do texto nem uma impressão subjetiva do leitor, mas uma instrução viva e divina na qual o Deus triúno continua a confrontar, exortar e transformar o seu povo através das Escrituras nos seus contextos contemporâneos.

Em quarto lugar, a autoridade bíblica é exercida na vida comunitária da igreja. A afirmação batista do sacerdócio de todos os crentes não dissolve a autoridade no individualismo interpretativo, mas coloca o discernimento na comunidade reunida sob a palavra. Confissões, tradições e práticas congregacionais servem como normas subordinadas que estabilizam a interpretação fiel e protegem a igreja tanto do controlo autoritário quanto da anarquia doutrinária. A autoridade flui das Escrituras, por meio do Espírito, para a vida disciplinada da comunidade, moldando a proclamação, o discipulado, a governação e o testemunho ético.

Juntas, estas dimensões produzem uma visão da autoridade bíblica que não é nem coercitiva nem obsoleta, nem rígida nem relativista. A Escritura ainda se mantém hoje não como uma relíquia de

um passado desaparecido, mas como a voz viva do Deus vivo que se dirige ao seu povo em cada geração. A sua autoridade é válida mesmo entre vozes dissidentes. Num mundo cheio de vozes e ceticismo, a Escritura convoca a igreja da confusão para a obediência, da fragmentação para a unidade, e do autogoverno para o alegre serviço de Cristo.

Numa época tentada a inventar novas autoridades, sejam culturais ou políticas, a renovação da igreja não surgirá da sua capacidade de inovar, mas de um regresso à reverência temerosa pela palavra de Deus. O futuro do testemunho cristão depende de uma atenção renovada à palavra já pronunciada. Quando a igreja voltar a receber as Escrituras como o padrão supremo de fé e prática, lê-las como testemunho de Cristo, ouvi-las através do Espírito e obedecê-las conjuntamente como o povo de Deus, o púlpito recuperará a sua clareza, os bancos o seu discernimento e a igreja a sua vocação. A autoridade das Escrituras, corretamente compreendida, não é o fardo do passado, mas o dom de Deus para a vida do mundo e a glória do seu nome.



BIBLIOGRAFIA

- A Fé e Mensagem Batista 2000*. Nashville: The Southern Baptist Convention, 2000.
- Broadus, John A. *On the Preparation and Delivery of Sermons*, New York: Harper & Brothers, 1870.
- Erickson, Millard J. *Christian Theology*. 3.^a ed. Grand Rapids: Baker Academic, 2013.
- Garrett, James Leo, Jr. *Systematic Theology*. 2^a ed. Vol. 1. North Richland Hills, TX: BIBAL Press, 2000.
- Garrett, James Leo, Jr. *Systematic Theology: Biblical, Historical, and Evangelical*. 4^a ed. Vol. 2. Eugene, OR: Wipf and Stock, 2014.
- George, Timothy. *Theology of the Reformers*. Ed. rev. Nashville: Broadman & Holman Academic, 2013.
- Grudem, Wayne. *Systematic Theology: An Introduction to Biblical Doctrine*. Grand Rapids: Zondervan, 1994.
- Hagin, Kenneth E. *I Believe in Visions*. Tulsa, OK: Faith Library Publications, 1972.
- James, Samuel D. “5 Ways the Digital Age Is Transforming the Way You Think.” Crossway. 6 de setembro de 2023. <https://www.crossway.org/articles/5-ways-the-digital-age-is-transforming-the-way-you-think/>.

Mohler, R. Albert, Jr. "The Authority of Scripture: Inerrancy and Interpretation."
Em *The Doctrine of the Word of God*, editado por Thomas White, 41–62.
Nashville: Broadman & Holman Academic, 2017.

Packer, J. I. *Fundamentalism and the Word of God: Some Evangelical Principles*. Grand Rapids: Eerdmans, 1958.

Vanhoozer, Kevin J. *The Drama of Doctrine: A Canonical-Linguistic Approach to Christian Theology*. Louisville: Westminster John Knox, 2005.

Young, Edward J. *Thy Word Is Truth: Some Thoughts on the Biblical Doctrine of Inspiration*. Grand Rapids: Banner of Truth Trust, 1963.